



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade
V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade

LONGEVIDADE EM DISPUTA: BIOPOLÍTICA, GOVERNAMENTALIDADE E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO IDOSO NO CONTEXTO DA DÉCADA DO ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Eixo Temático 18 – Gênero, Subjetividade e Envelhecimento: interseccionalidades e ético-políticas do “bem-viver”.

Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos¹
Fernando Altair Pocahy²

RESUMO

Analizamos documentos e políticas públicas sobre envelhecimento, à luz da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) e suas implicações no Brasil a partir da biopolítica e governamentalidade neoliberal. Buscamos entender como as políticas públicas fomentam subjetividades a partir do envelhecimento “saudável”. Também foram analisadas leis e políticas como o Estatuto da Pessoa Idosa e a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa. Os dados indicam que os discursos operam a partir do autogoverno, responsabilizando idosos pelo próprio bem-estar, gestão pessoal da saúde e por seu lugar no mundo. Apontamos para uma ético-política do bem viver, que redefine o papel do idoso e molda suas subjetividades por meio de regimes de verdades que performatizam a vida longa.

Palavras-chave: Governamentalidade Neoliberal, Políticas Públicas, Vida Longeva.

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida, impulsionado pelo avanço da medicina e pelo acesso a melhores condições de desenvolvimento, trouxe à tona novas formas de gestão

¹Pos-Doutando pelo PPG em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, francisco_ullissis@uvanet.br;

² Professor Supervisor: Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, fernandopocahy@gmail.com.



das populações idosas. Este fenômeno, para além de atrair um mero movimento de cuidado e bem-estar, se configura como lugar de engendramento de certos dispositivos que buscam gerir os modos de vida das pessoas idosas, trazendo desafios ético-políticos, já que o envelhecimento passou a ser lugar de intenso governo a partir de práticas e discursos que moldam subjetividades, e performativam corpos.

As políticas públicas e as narrativas contemporâneas sobre o envelhecimento promovem, em grande medida, a ideia de um "envelhecimento ativo" e de uma "longevidade saudável", o que sugere não apenas cuidado, mas também controle e normatização. Sob a perspectiva foucaultiana, tais práticas podem ser compreendidas como estratégias biopolíticas e de governamentalidade, que regulam a vida em sua dimensão coletiva e individual (Foucault, 2008). A biopolítica, conceito central na obra de Foucault, descreve a maneira como o poder na modernidade se desloca de ações repressivas sobre corpos individuais para a gestão e regulação da vida em nível populacional. Para Foucault (2008), a biopolítica não apenas administra a vida, mas também a organiza por meio de dispositivos que geram subjetividades, moldando modos de ser e viver. No contexto do envelhecimento, tais dispositivos não apenas promovem saúde e bem-estar, mas também constroem narrativas que condicionam a autonomia e a experiência do envelhecer.

As práticas de biopolítica foram dando base para novos modos de governo da vida, encontrando grande potência a partir das perspectivas de uma governamentalidade neoliberal, uma arte de governar que opera sobre populações por meio de uma racionalidade econômica e discursos de autonomia. Foucault (2011) descreve a governamentalidade como uma complexa teia de poder que articula o governo de si e dos outros, mediado por uma pedagogia do "auto". É nesse contexto que entendemos que as políticas públicas para a longevidade se configuram como tecnologias de governo que estruturam o envelhecimento em termos de produtividade, consumo e autocontrole, promovendo a figura do "sujeito da terceira idade" como modelo ideal.

A centralidade dessa discussão reside no fato de que essas práticas não são neutras. Elas carregam implicações ético-políticas profundas, muitas vezes negligenciando a diversidade de experiências e reduzindo o envelhecimento a um



projeto normativo. Além disso, ao impor modelos de autonomia e autogestão, tais políticas podem obscurecer desigualdades estruturais e reforçar exclusões sociais.

Este trabalho se debruça, a partir da perspectiva foucaultiana, sobre os discursos e políticas públicas sobre o envelhecimento, sobretudo no contexto da instituição da “Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030)” e da “Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa”, com o objetivo de problematizar as implicações dos alinhamentos discursivos presentes nesses documentos e seus efeitos de performatividade e subjetivação das pessoas idosas, sugerindo novas subjetividades contemporâneas no campo da longevidade.

Para isso, a pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e documental, ancorada na análise de três documentos fundamentais: o Documento da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a Década do Envelhecimento Saudável, a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, e o Estatuto da Pessoa Idosa. A partir deles, buscou-se evidenciar como tais normativas operam como tecnologias de poder, que articulam dispositivos de governo voltados à condução das condutas da população idosa no Brasil.

As análises demonstram que tais documentos, embora orientem políticas de proteção e promoção da saúde, também promovem a responsabilização dos sujeitos idosos por sua própria trajetória de envelhecimento. Este processo de subjetivação está atravessado por uma lógica neoliberal que valoriza a autogestão, a autonomia e a eficiência, e que atua como operador simbólico da experiência de velhice normatizada.

Conclui-se, portanto, que as políticas analisadas, ao mesmo tempo que estruturam garantias e direitos, também performam e delimitam o campo de possibilidades de existência dos sujeitos idosos, reforçando um ideal normativo de envelhecimento saudável. O trabalho convida à problematização dessas tecnologias de subjetivação e ao tensionamento dos regimes de verdade que sustentam as atuais formas de governo das longevidades.

METODOLOGIA



A metodologia utilizada neste estudo foi norteada por uma perspectiva qualitativa, exploratória e documental, é e compreendida, a partir de Meyer e Paraíso (2012), que descrevem o processo de pesquisa como um caminho a ser percorrido, construído a partir de uma teoria que se compromete com uma forma de ver o mundo. Essa abordagem busca não apenas descrever ou categorizar os fenômenos observados, mas também interpretar e problematizar os discursos e práticas neles envolvidos.

A pesquisa documental foi conduzida com base na análise de três documentos fundamentais que estruturam as políticas públicas no cenário contemporâneo mundial e brasileiro, que elegeram como foco a população idosa: o Documento sobre a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, e o Estatuto da Pessoa Idosa. Esses documentos foram selecionados na fase inicial da pesquisa por sua relevância na formulação de diretrizes globais e nacionais sobre o envelhecimento, bem como pela sua capacidade de ilustrar as narrativas biopolíticas e de governamentalidade que regulam a vida das populações idosas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O presente estudo se inscreve no campo dos estudos foucaultianos, tomando como eixo central as noções de biopolítica e governamentalidade, articuladas à análise das políticas públicas contemporâneas voltadas à população idosa. Em sua arqueogenealogia do poder, Michel Foucault (2008, 2011) propõe um deslocamento da análise da soberania clássica para formas de poder mais capilares e produtivas, capazes de incidir diretamente sobre os modos de vida das populações. Aqui, portanto, a biopolítica é entendida como o conjunto de estratégias que visam otimizar, gerir e produzir a vida, não apenas por meio da imposição de normas, mas também pela indução de condutas, pela organização do espaço social e pela disseminação de saberes especializados.

A biopolítica é atravessada pela racionalidade da governamentalidade, conceito com o qual Foucault descreve a emergência de uma nova arte de governar a partir do século XVIII, centrada não mais na imposição direta do poder, mas na gestão da vida por meio da liberdade dos sujeitos. Essa racionalidade torna-se ainda mais complexa no



contexto contemporâneo, com o advento do que Foucault denomina de governamentalidade neoliberal, cuja especificidade reside na produção de sujeitos empreendedores de si, autônomos e responsáveis por sua própria saúde, produtividade e bem-estar.

É nesse campo que o envelhecimento emerge como um objeto privilegiado da intervenção biopolítica. A velhice, antes considerada o encerramento natural da vida, passa a ser percebida como fase potencialmente produtiva, e por isso sujeita à normatização, vigilância e investimento. A construção discursiva da “longevidade saudável”, como indicam os documentos analisados nesta pesquisa, reforça uma racionalidade de governo que apela à autonomia, à integração e à gestão do corpo e do tempo, convocando os sujeitos idosos ao autogoverno como forma de corresponder aos padrões do envelhecimento ativo.

Seguindo a perspectiva de Pocahy (2022), é importante atentarmos para como documentos e políticas públicas, não apenas estabelecem diretrizes, mas performam modos de existência ao instituírem padrões desejáveis de conduta, saúde e cidadania para os sujeitos longevos. Esses padrões, por sua vez, são mediados por uma pedagogia do “auto”, conceito central na governamentalidade, que desloca a responsabilidade do Estado para o indivíduo, transformando-o em gestor de seu próprio envelhecimento.

Vasconcelos (2020) também chama atenção para o fato de que as práticas discursivas das políticas públicas acabam por articularem técnicas de si, criando uma engrenagem que opera tanto no plano institucional, quanto subjetivo. Daí entendermos que o sujeito idoso é, assim, produzido como um “sujeito de direito” que, paradoxalmente, precisa corresponder a expectativas de autonomia, produtividade e autossuficiência. Nesse processo, a velhice torna-se uma categoria funcional ao neoliberalismo, pois combina a promessa de cuidado com a exigência de autogestão.

Pensar o envelhecimento como campo estratégico da governamentalidade neoliberal permite compreender as políticas públicas não apenas como instrumentos legais, mas como operadores simbólicos que moldam subjetividades. Ao prescrever condutas, elas estabelecem fronteiras entre formas legítimas e ilegítimas de envelhecer, reforçando desigualdades e obscurecendo diferenças sociais e culturais. Como aponta



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partimos, nessa produção de dados, do Estatuto da Pessoa Idosa, embora este seja anterior às proposições da OMS para a Década do Envelhecimento Saudável, por considerarmos que este, para além de estabelecer direitos fundamentais, como acesso à saúde e proteção social, ele é basilar para o engendramento de enunciados que reforçam as práticas de subjetivação, sobretudo quando este já prefigura o que é e como deve se dar o envelhecer, desde o seio familiar às questões mais amplas da sociedade, inclusive atribuindo à coletividade social a responsabilidade pela configurações da boa vida do idoso, e que hoje é pensada por essas mesma coletividade a partir das práticas de autogoverno, já que o envelhecimento foi capturado como campo estratégico de intervenção biopolítica, e a experiência de envelhecimento como um projeto que deve ser continuamente administrado e monitorado.

Esse movimento engenhoso encontramos no documento da OMS sobre a Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030), uma vez que ele enfatiza a necessidade de promover a autonomia, a saúde e o bem-estar das pessoas idosas, sobretudo nas articulações para garantir que as pessoas possam viver mais anos com saúde, reduzir desigualdades e transformar os sistemas de cuidado (OMS, 2020) apontam para um regime de visibilidade/dizibilidade (Pocahy, 2022) que convoca os indivíduos a se autogerirem, reforçando o paradigma do envelhecimento ativo. Sob a perspectiva foucaultiana, tais enunciados atuam como tecnologias de poder que vinculam o envelhecimento ao ideal de produtividade e à gestão individual da saúde. Essa "engrenagem", como discute Vasconcelos (2020), articula técnicas de si com tecnologias de dominação, promovendo a interiorização dos discursos normativos e transformando os sujeitos em gestores de si mesmos.

A “Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa” segue em mesmo sentido. Ela dá ênfase semelhante à valorização da autonomia e no fortalecimento da integração comunitária. Discursos que buscam estimular o protagonismo da pessoa idosa na sociedade e promover uma nova cultura de envelhecimento saudável refletem o esforço em governar o autogoverno dos sujeitos. Nesse contexto, o envelhecimento saudável é



performatizado como um padrão de vida desejável e possível, regulado por saberes que definem o que é "envelhecer bem". Conforme Pocahy (2022), esses discursos apontam para regimes de verdade que governam as populações e, consequentemente, a experiência de si, produzindo modos de subjetivação que antecedem a consciência dos sujeitos sobre quem são e quem podem ser.

Deste modo, se consideramos as perspectivas dos documentos "Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030)", a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, e os pressupostos já presentes no Estatuto da Pessoa Idosa, podemos evidenciar uma articulação discursiva que opera, nos âmbitos global e nacional, para prefigurar práticas e políticas públicas como estratégias de governamentalidade. Esses textos não apenas trazem direitos fundamentais ou delimitam diretrizes, mas também ecoam modos de vida que balisam a experiência de si das pessoas idosas a partir governamentalidade neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que pudemos perceber no processo de análise dos documentos aqui trabalhados, é que as políticas de envelhecimento no Brasil, em consonância com os ideais propostos pela Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030) e articuladas por documentos como a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, sobretudo, operam dentro de um regime de governamentalidade que privilegia a autonomia e o autocuidado como mediadores do reconhecimento de um envelhecimento saudável, na medida em que fornecem parâmetros para que a pessoa idosa de narre e se julgue a partir deles. Sob a perspectiva foucaultiana, desta forma, essas políticas operam como dispositivos subjetivação por meio da lógica da governamentalidade neoliberal, a correspondência de um ideal de envelhecimento "responsável".

Os discursos acerca do envelhecimento, no contexto dos documentos aqui abordados, e norteadores de políticas públicas no Brasil, não atua apenas no nível da provisão de direitos, mas transformam o idoso em gestor de sua própria vida e saúde, reforçando a lógica do autogoverno. Tal estratégia promove, assim, um envelhecimento



perfeito dentro de uma estética normativa, ao mesmo tempo em que exclui ou marginaliza outras formas de viver a velhice que não se alinham a esses padrões.

Portanto é possível inferir que as políticas públicas de envelhecimento, ao mesmo tempo em que oferecem diretrizes e direitos, convocam os idosos a integrar um movimento ético-político de autossubjetivação. Nesse movimento, a velhice é ressignificada como um campo de intervenção estratégica, onde práticas e discursos moldam as condições de existência e as possibilidades do envelhecer.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Pessoa Idosa. Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

_____. **Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **O Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A Governamentalidade. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 27ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. *Metodologias de Pesquisas pós-críticas em educação.* Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Estratégia da Década do Envelhecimento Saudável (2021-2030).** Genebra, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/decade-of-healthy-ageing>. Acesso em: 12 nov. 2024.

POCAHY, F. A. Necrogerontopolítica à brasileira: clamores da/na diferença (geracional). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 5, n. 17, p. [não informado], maio-ago. 2022. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acesso em: 12 nov. 2024.

VASCONCELOS, F. U. P. e. **Governamentalidade e educação: discursos e vivências no processo de subjetivação de jovens em uma escola estadual de educação profissional cearense a partir do modelo escola-empresa.** 2020. 171 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.